

A CRUZ A SERVIÇO DA ESPADA?

Rui Ribeiro de CAMPOS

Depois de anos de experiência no Brasil, padre Manuel da Nóbrega escreveu: **“Como não sabem que coisa é crer nem adorar, não podem entender a pregação do Evangelho, pois ela se funda em fazer crer e adorar a um só Deus e a esse só servir; e como este gentio não adora nada, nem crê nada, tudo o que lhe dizeis se fica em nada.”**

Contudo, se parecia ter fracassado na adoção da fé, tinha tido sucesso na implantação da colonização. A “cristandade colonial”, aqui organizada e dirigida pelos jesuítas é fruto direto do Concílio de Trento (1545 - 63), da Contra - Reforma, que reforça a autoridade papal, mantém a doutrina tradicional, restabelece a disciplina, cria seminários, etc. A Companhia de Jesus é parte das tropas da Igreja nesta empreitada, que tem como arma o modelo educacional estabelecido na **“Ratio et Institutio Studiorum Societatis Jesu”**.

Fundado pelo oficial espanhol Ignácio de Layola, organizada em moldes militares, os jesuítas tiveram como primeiro reino a recebê-los o de Portugal, que com a Espanha, será um dos sustentáculos da Contra - Reforma. A Reforma, mais do que dos abusos da Igreja Católica, resulta da necessidade de mudanças ideológicas provocadas por alterações sócio-econômicas e políticas na Europa. É parte da ideologia da burguesia que se forma, de sua luta contra a ordem feudal e o internacionalismo político da Santa Sé. O nacionalismo cresce aliado a grupos mercantis, a Alemanha adota o luteranismo, o calvinismo se propaga pelos Países-Baixos e por outros países. É preciso estancar essa sangria, reformando a Igreja, apresentando um novo modelo de vida cristã, uma nova moral, uma doutrina mais precisa e dogmática, preparando melhor os padres para esse combate, etc.. É o modelo tridentino que será implantado no Brasil, trazendo a cruz com o apoio da espada.

O basco Ignácio de Loyola (1491?-1556), órfão de pai e mãe aos 16 anos, cresceu com os 13 irmãos (um deles, Pedro, era padre e pai de quatro filhos). Teve uma juventude nada exemplar; opta pela carreira militar e participa de inúmeras batalhas, até que em maio de 1521 uma bala de canhão danifica sua perna. Fora de combate, converteu-se na convalescência (dizem que se confessa por três dias seguidos, o que dá uma idéia do número de pecados que possuía), passa a viver como peregrino-pregador, abandonando algumas noções de higiene, peregrinação interrompida pelo Santo Ofício que, por dois meses, o deixou preso. Escapa do fogo eclesiástico mas continua a ver a vida como um militar. A vida é uma batalha entre o bem e o mal, que deve ser vencida conquistando terras para o reino (Igreja). Na Companhia do Rei (Jesus), se propõe a ir para a frente de batalha através do ensino, fundando colégios (para formar “novos quadros cristãos”), vivendo na obediência, pobreza, castidade e submissão total ao Papa; é a **“teologia do combate”**, atuando em dois campos de batalha: o púlpito e a escola. Parte deste exército, Nóbrega e cinco padres, desembarca no Brasil em 1549 com o governador Tomé de Souza.

Desembarcam Igreja e Estado. Uma Igreja ligada ao despotismo português e com portugueses que se acreditavam escolhidos por Deus para dominar várias partes do mundo e implantar o **“orbis christianus”**. A mensagem cristã-católica é universal e as conquistas portuguesas expandiriam o reino de Deus, que deveria ser universal como a mensagem. Por isso que os objetivos dos missionários e o dos colonizadores se entrelaçavam, eram interdependentes. Se no começo da expansão imperialista e apostólica, a Coroa se comportava de maneira submissa, com o progressivo fortalecimento do Estado lusitano, este passa a exigir mais privilégios em troca do apoio à política da Santa Sé e esta precisava do apoio português após a Reforma (1517). A Igreja também compromete a Coroa ao conferir-lhe o padroado sobre novas terras descobertas. O padroado consistia no direito de administrar os “negócios eclesiásticos”, passando o rei português a ter poder civil e eclesiástico.

Agora todos tinham que ser católicos e ser católico era também ser submisso à Coroa. E, nas “novas terras”, sem heresias, islâmicos ou protestantes, não há grandes ameaças e, sem elas, o catolicismo passa a ser dominante, se transformando mais num **“estilo cultural”** que numa opção de fé e numa idéia de algo permanente.

Os gentios e os escravos africanos serão o alvo da evangelização e os filhos dos colonizadores é que serão o alvo da educação. Para garantir

a evangelização, a atividade jesuítica acabou se dirigindo para o aldeamento. E, ao juntar indivíduos de tribos diversas numa mesma aldeia, estavam promovendo um violento processo de destribalização. Por isso a catequese desempenhou um papel ímpar, transformando a cristianização e o aportuguesamento numa mesma tarefa. Mas como a catequese desempenhou essa tarefa no contexto colonial quinhentista? Porque seus realizadores não tiveram nenhuma sensibilidade pelo problema intercultural? Tiveram os Jesuítas uma posição clara e radical no tocante à liberdade dos índios? Por que não questionaram a escravidão? Se o objetivo era também conquistar mão-de-obra, por que a necessidade de conversão?

Quem procura responder a estas questões é José Maria de Paiva, no livro **Colonização e Catequese, 1549 - 1600** (São Paulo: Autores Associados: Cortez, 108 p.). Definindo a catequese como **“toda a ação pastoral da Igreja: a doutrinação propriamente dita, a pastoral litúrgico-devocional, o comportamento das pessoas e das instituições eclesiais”** (p. 13) e afirmando que a Igreja se achava a única representante de Deus na Terra, com a obrigação de anunciar a Verdade a todos os infiéis, que assim eram, não por tê-la renegado mas por não conhecê-la ainda, procura analisar a catequese da Companhia de Jesus, nas terras brasileiras, nos seus primeiros cinquenta anos. Ou seja, não é uma análise de todo o período jesuítico (de Tomé de Souza a Pombal) e nem de como **“uma determinada nação indígena recebeu a mensagem religiosa”** mas sim de **“como a mensagem religiosa atendeu aos objetivos da colonização”**.

Levar a palavra da salvação a todos os quadrantes, era garantir a unidade da **“orbis christianus”**; todos tinham também o direito de serem cristãos mas um direito que também ninguém podia recusar. Os colonizadores até que procuravam passar a idéia de que a busca de metais preciosos era um simples meio da Providência para realizar uma obra tão fantástica: a conversão dos infiéis. Enquanto infiéis, era legítimo serem escravos: **“toda guerra justa gerava escravidão justa”**. E **“aos jesuítas faltou uma posição clara e radical no tocante à liberdade dos índios”** e esta **“falta de radicalidade permitiu que os índios fossem escravizados e dizimados às mãos dos colonos depredadores da natureza”** (p. 38). Por respeitar a ordem estabelecida, os jesuítas não questionaram toda a estrutura social que era implantada, objetivando uma produção em grande escala para o exterior.

Catequizar era inculcar os valores da cultura portuguesa; era enquadrar os índios na sociedade portuguesa mas num papel que não fosse

o dos portugueses. O fracasso na catequese dos adultos, aliado à existência de poucos missionários, levou ao aldeamento e à pregação centrada nas crianças. A catequese nas crianças era mais fácil e gerava a desagregação familiar.

O livro não faz uma análise do modelo pedagógico escolar jesuítico mas pela análise que faz, inclusive das **“Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil”**; percebe-se porque ele era anti-moderno, centrado no **“magister dixit”**, na obediência, delação, competição e premiação. O texto peca por generalizar demais os índios, por omitir o padroado na ligação e Coroa e por não caracterizar bem, a partir da fundação, a Companhia de Jesus. Contudo analisa, e bem, como os jesuítas entenderam sua própria missão, as relações entre os interesses mercantis e os interesses religiosos, e a funcionalidade da catequese na colonização. Para os interessados na história do Brasil e na história de nossa educação, o livro é muito interessante.